

Atenção ao vento!

Por justas que sejam as críticas que se façam ao Congresso, uma não se poderá registrar: a de que falta a deputados e senadores aquilo que se poderia chamar de sexto sentido, capaz de anunciar a aproximação das crises institucionais. Talvez porque estejam em posição privilegiada no aparelho de Estado; possivelmente porque o isolamento a que se condena o poder público em Brasília permita que as crises "fermentem" e assumam proporções ou reais ou maiores do que têm na realidade — qualquer que seja a razão, o fato é que, antes que a maioria da população percebesse que as instituições estavam em risco, o Congresso sentiu, pode-se dizer na pele, que o vento que soprava era morno, prenunciador de tempestades. Muitas vezes, o Congresso não sentiu sozinho que o vento mudou. Na sociedade, nos mais diferentes estratos, havia sempre alguém que tinha a sensação de que o período de acalmia podia ser substituído por um outro de vagalhões ameaçadores. Hoje se vive situação desse tipo: nos mais variados meios, já é falado que se está tocando em "coisas muito perigosas". Isso, enquanto em Brasília o presidente da Câmara, de sua posição privilegiada, afirmava que não se poderia permitir que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a ser criada se transformasse numa nova "República do Galeão". O deputado Ibsen Pinheiro exagerava ao atribuir a qualquer CPI os poderes que, de fato, os

que realizavam o Inquérito Policial-Militar (IPM) sobre o atentado contra Carlos Lacerda (do qual resultou a morte do major Rubens Vaz, da FAB, em 1954) vieram a ter no infortunado final do governo Vargas naquele ano. Se exagerava nos poderes, não exagerava nos efeitos possíveis que poderia vir a ter essa CPI. É sobre isso que se deve meditar.

Do que se trata, afinal, que poderia colocar a República em risco? De uma desavença comercial, como tivemos ocasião de assinalar na semana passada, envolvendo um irmão do presidente da República e o tesoureiro da campanha presidencial, ademais figura com trânsito fácil nos gabinetes brasilienses durante a primeira fase do governo Collor de Mello. Em que medida uma disputa mercantil, envolvendo mercado publicitário pequeno, poderia afetar as instituições? Na medida em que o sr. Pedro Mello, irmão do presidente, diz ser possuidor de documentos sobre o sr. Paulo César Farias, que, divulgados, atingiriam a pessoa do chefe de Estado. O grave não está em que uma disputa mercantil, conduzida com paixão desproporcionada aos capitais em risco, pudesse transformar-se em assunto político. Na 3ª República Francesa, por exemplo, o *affaire Panamá*, envolvendo a venda e o controle das ações da concessão para construir o



Canal do Panamá, acabou se transformando num escândalo político. O grave era que, apesar de a Procuradoria-Geral da República haver requisitado os documentos que o sr. Pedro Mello dizia possuir; apesar de a Receita Federal ter feito saber que estava investigando a origem dos bens do sr. Farias, o clima esteve tenso até ontem — sinal de que existia quem não se conformava com o procedimento normal nesses casos e insistia em que tudo se transformasse em *político*.

O deputado Roberto Freire, calejado na luta política, tinha feito saber que o Congresso nada tem a ver com o caso, pois ele podia ser tratado com perfeita exação pela Polícia. No que estava correto — pois os erros nas declarações do sr. Farias à Receita Federal podem ser corrigidos mediante pagamento de multa e, a menos que se comprovasse em inquérito policial e fazendário que houve irregularidade na constituição de empresas no Exterior, não há crime de que se acuse o tesoureiro da campanha do presidente eleito. A menos que — e a isso podemos chamar a mudança de vento — haja quem pretenda associar o financiamento da campanha a ilícitos penais dos quais o sr. Fernando Collor de Mello teria ciência.

Felizmente para as instituições, aqueles que, no Congresso, se aperceberam de que o

vento mudou souberam controlar os que, como rapazes descompromissados com a vida, desejavam explorar politicamente uma situação que no máximo é policial, por enquanto. Em 1954, não foi o trabalho do Congresso que conduziu à crise político-militar que resultou no 24 de agosto. Foi, exatamente, a "República do Galeão", o IPM conduzido pela FAB, desvendando o mar de lama que corria pelos porões do Catete. Havia, então, clima político civil e militar para que as investigações produzissem o efeito fatídico do suicídio. Hoje, que clima existe? Nenhum — a menos que seja criado, aproveitando-se a crise econômica.

Foi para esta possibilidade de transformar-se uma disputa mercantil numa crise institucional que o Congresso atentou. Seguramente, os homens que conseguem influenciar as cabeças quentes no Congresso conseguiram fazer ver a todos e a cada um que, se fosse iniciado o processo político implícito na constituição dessa CPI, dia poderia chegar em que o Congresso se veria forçado a assumir suas responsabilidades. Assumi-las num clima geral em que nenhuma instituição talvez gozasse mais da estima popular. Esse era e continua sendo o risco de aceitar o jogo do sr. Pedro Mello, que nada tem a perder do ponto de vista institucional — afinal, a *sociedade política* em Alagoas articula-se de maneira diferente da existente no Brasil moderno, que anseia por libertar-se desses resquícios do passado.